

DIREITO AO ESQUECIMENTO

Profa. Patrícia Montemazzo



DIREITO AO ESQUECIMENTO



02

Direito de não ser
lembrado por fatos
desabonadores ou
dolorosos

The right to privacy
(Samuel Warren e
Louis Brandeis,
1890)

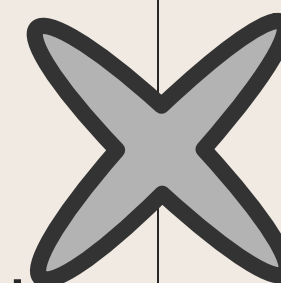
DIREITO AO ESQUECIMENTO

CONFLITO:



03.

Interesse público de
relembrar fatos passados
(liberdade de imprensa e de
expressão, direito de
informação)



Direito de não ser
perseguido por toda a
vida por acontecimento
pretérito

FUNDAMENTOS

01	02	03
<i>Privacidade (não divulgação de fatos da vida privada)</i>	<i>LGPD e Marco Civil: exclusão definitiva dos dados pessoais, a pedido do usuário, ao término das relações entre as partes</i>	<i>A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento (Enunciado 531, da VI Jornada de Direito Civil do CJF/STJ)</i>

DIREITO AO ESQUECIMENTO

COSTA, André Brandão Nery. Direito ao esquecimento na Internet: a scarlet letter digital. In SCHREIBER, Anderson, coord. Direito e Mídia. São Paulo: Atlas, 2013

“Impedir que dados de outrora sejam revividos na atualidade, de modo descontextualizado”

Desindexar conteúdos de buscadores, como Google

Criar e reescrever seu perfil na web



DIREITO AO ESQUECIMENTO

COMO??

- *Remoção de resultados de mecanismos de busca (permanente ou temporária);*
- *Bloqueio de acesso a endereço de IP;*
- *Bloqueio de Web site (adulteração de tabelas DNS);*
- *Suspensão, cancelamento e transferência de nomes de domínio;*
- *Filtros de localização geográfica;*
- *Punições de mercado*

(LEONARDI, Marcel. Tutela e Privacidade na Internet. São Paulo: Saraiva, 2012)

CASOS



Corte Espanhola

Mario Costeja Gonzales X Google Spain SL e Google Inc.

(1998) – divulgação de inadimplência do autor em versão digital de jornais: motores de busca devem analisar o direito da pessoa de que as informações sobre si sejam excluídas da lista de resultados pesquisados



França, Bélgica, Alemanha

Google Transparency Report: desde 2014, muito efetivo na Europa



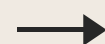
CASOS



TJRS adota posição do STJ de 2012:

(...) ainda que seus mecanismos de busca facilitem o acesso e a consequente divulgação de páginas cujo conteúdo seja potencialmente ilegal, fato é que essas páginas são públicas e compõem a rede mundial de computadores e, por isso, aparecem no resultado dos sites de pesquisa.

(...) Os provedores de pesquisa não podem ser obrigados a eliminar do seu sistema os resultados derivados da busca de determinado termo ou expressão, tampouco os resultados que apontem para uma foto ou texto específico, independentemente da indicação do URL da página onde este estiver inserido.



CASOS



Caso Aida Curi

*Uso não autorizado da imagem da vítima,
em reportagem 50 anos após o crime: DANO
MORAL?*

Julgamento do REXT 1.010.606 (março/21)



Caso Chacina da Candelária

*Exposição da imagem de suposto autor do
fato, mas que fora absolvido: DANO
MORAL ou narração de fato histórico?*



Caso Xuxa X Google

*Remoção do buscador de resultados para
pesquisas por 'Xuxa pedófila': violação de
direito ao esquecimento pelo buscador?*

